

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Licitatório nº 003/2025

Modalidade: Concorrência Eletrônica

Recorrente: Jairys Lacerda Câmara

Recorrida: RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA

A empresa RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, devidamente qualificada nos autos do processo licitatório em epígrafe, por meio de seu representante legal, vem, respeitosamente, apresentar suas CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO interposto por Jairys Lacerda Câmara, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente manifestação é tempestiva, nos termos do art. 165, §1°, da Lei n° 14.133/2021, sendo apresentada dentro do prazo legal de 3 (três) dias úteis da ciência do recurso interposto pela empresa recorrente.

II- DOS FATOS

O Recorrente insurge-se contra a decisão que **habilitou a empresa RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA**, alegando, sem qualquer prova, que a documentação apresentada seria fraudulenta. Contudo, as acusações são infundadas e não passam de meras suposições, desprovidas de qualquer lastro probatório.

A empresa cumpriu integralmente todas as exigências editalícias relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômico-financeira, não havendo qualquer irregularidade ou indício de fraude nos documentos apresentados.

III - CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA E REGULARIDADE CADASTRAL

A empresa foi regularmente constituída em 05 de dezembro de 2023, conforme Contrato Social registrado na Junta Comercial. O CNPJ foi emitido em 06 de dezembro de 2023, com a devida inscrição municipal, e está em situação regular junto à Receita Federal.



A Lei nº 14.133/2021 não exige tempo mínimo de constituição da empresa para fins de habilitação, desde que esta comprove capacidade técnica e regularidade documental.

Além disso a divergência de data, por assim dizer, um dia, não desqualifica empresa. O procedimento de constituição ou alteração empresarial é dependente de análise contratual e que enquanto houver qualquer informação para ser corrigida o sistema não finaliza o processo, o que ocorreu com a empresa. A data que consta no contrato é 05 de dezembro e no CNPJ consta 06 de dezembro porque é a data em que fora aprovado. Os demais documentos contestados, apenas comprovam o registro da empresa, não sendo matéria de mérito a ser discutida por um dia de diferença, pois foram preenchidos conforme ou contrato social ou cartão CNPJ.

IV - LIVRO DIÁRIO E BALANÇO PATRIMONIAL

O balanço patrimonial apresentado foi elaborado conforme as normas contábeis e legais vigentes, devidamente registrado na Junta Comercial, com certificação digital válida e assinaturas eletrônicas auditáveis. O Termo de Abertura do Livro Diário segue a numeração sequencial obrigatória e foi apresentado dentro dos padrões exigidos, sem qualquer indício de falsificação.

Além do mais, a empresa RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA não possui obrigação de registro de seu balanço na Junta Comercial pelo seu tipo tributário (OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL), tendo sido registrado junto a Junta Comercial de maneira autônoma, para maior veracidade e demonstração de conformidade da empresa.

Quando ao livro diário, a simples alegação de que o exercício de 2023 seria incompatível com a data de constituição da empresa não se sustenta, claramente observa-se, mero erro técnico de preenchimento de datas, visto que é claro que a empresa foi constituída em data posterior, 05 de dezembro de 2023.

V - CAPACIDADE ECONÔMICA E TÉCNICA

A capacidade econômico-financeira foi demonstrada nos termos do edital, com os documentos exigidos — inclusive balanço patrimonial registrado — sendo que não houve qualquer apontamento técnico ou legal da Comissão quanto à sua insuficiência. A



qualificação técnica também foi apresentada conforme exigido, sem qualquer impugnação válida.

VI - DA INEXISTÊNCIA DE FRAUDE OU FALSIDADE DOCUMENTAL

Não há nos autos qualquer prova concreta de falsificação ou documento inverídico apresentado pela empresa RESIDUALL. As acusações feitas pela empresa recorrente são meramente especulativas e com intuito de causar embaraço e atraso na licitação.

A Lei nº 14.133/2021 exige prova inequívoca para que se cogite de penalidades por infrações administrativas ou exclusão de licitante, o que não foi provado.

VII - DA REGULA<mark>RIDADE DA DOC</mark>UMENTAÇÃO

A empresa RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA apresentou todos os documentos exigidos pelo edital, em estrita observância aos requisitos de habilitação previstos na legislação e no instrumento convocatório. Ressalte-se que todos os documentos apresentados são autênticos, com assinaturas e carimbos dos respectivos órgãos emissores.

Um exemplo claro é a documentação encaminhada à **Junta Comercial do Estado do Maranhão (JUCEMA)**, que possui **assinaturas eletrônicas válidas**, o que confere plena autenticidade e validade jurídica aos referidos documentos, conforme prevê a legislação vigente.

Não houve, portanto, qualquer irregularidade ou má-fé por parte da recorrida, sendo absolutamente incabível a alegação de fraude, ainda mais sem qualquer comprovação mínima.

VIII - DO PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO E DA LEGALIDADE DA HABILITAÇÃO

O julgamento da habilitação pela Comissão de Licitação observou rigorosamente os critérios objetivos do edital e da legislação vigente, conforme exige o art. 5° da Lei n° 14.133/2021. A habilitação da empresa RESIDUALL foi amparada na análise objetiva dos documentos apresentados e na verificação de sua regularidade, não podendo ser revogada com base em ilações infundadas.



IX - DA ILEGITIMIDADE DO RECORRENTE

Cumpre destacar, ainda, que o Recorrente sequer poderia apresentar recurso ou participar do certame, uma vez que se encontra cadastrado no sistema como pessoa física, situação que contraria frontalmente as regras do edital, que estabelece de forma clara e objetiva que a licitação é exclusiva para pessoas jurídicas.

Assim, além da ausência de provas quanto às acusações levantadas, verifica-se que o Recorrente não detém legitimidade para figurar no presente procedimento licitatório, o que por si só já justifica o **não conhecimento do recurso**.

X – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se o conhecimento e, no mérito, o não provimento do recurso interposto por Jairys Lacerda Câmara, mantendo-se a decisão que habilitou a empresa RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA, por estar esta em plena conformidade com as exigências editalícias e legais.

Requer-se, ainda, o **arquivamento do presente recurso**, com a manutenção da habilitação da empresa recorrida e o prosseguimento regular do certame.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Pedro dos Crentes/MA, 10 DE abril de 2025.

SAMILA F. SANTOS COSTA ARRUDA

Representante legal RESIDUALL SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA CNPJ: 53.115.743/0001-73